

LÍNGUA ESPANHOLA: MOSAICO DE FILIAÇÕES IDENTITÁRIAS

MSc. Valesca BRASIL IRALA

(valesca@alternet.com.br)

Universidade da Região da Campanha (URCAMP)

Empezando la trayectoria...

Se hoje o espanhol está entre as línguas estrangeiras mais estudadas em diversos países que antes não a estudavam, podemos dizer que ocorreram diferentes movimentos de favorecimento para a sua expansão. O interesse por compreender a difusão de uma língua e os fatores determinantes dessa difusão são discutidos por distintas áreas, principalmente pela amplitude do objeto de estudo.

Havendo uma variedade de estudos e sabendo que esses nem sempre caminham de forma convergente, proponho compreender a expansão de uma língua fazendo uso de alguns conceitos fornecidos por Orlandi (1988, 1993a, 1993b, 2002), mobilizando um aparato teórico que entende o analista e os seus métodos como elementos chave no processo investigativo (atuantes e não tiranizados pelo processo) e os resultados como parte de um gesto interpretativo de uma dada realidade, nesse caso, a respeito da expansão de uma língua.

Lanço mão do conceito de repertórios interpretativos (SPINK et al., 1999: 38) para sistematizar e sintetizar os efeitos de sentidos oriundos no interior dos textos, sendo esses conceitualizados da seguinte forma: “conjuntos de termos, lugares-comuns e figuras de linguagem utilizados para falar de um fenômeno específico” (SPINK, 2001, [on-line]).

La paliza que no duele en el cuerpo, duele en el alma...

O primeiro conceito aqui explorado será o de “discurso fundador” (ORLANDI, 1993a). Esse termo está diretamente vinculado a questões históricas e podemos deslocá-lo para a constituição das línguas se o entendemos como um movimento (ou uma série de movimentos) que proporciona(m) a consolidação (ainda que instantânea) de certas atitudes gerais que estabilizam ou

categorizam um idioma como “importante” ou não, “digno” de estudo ou não, inclusive, que chegue a ser considerado como “língua” ou não. Nesses movimentos, podemos dizer que não há neutralidade, porque são constituídos de forças sociais e ideológicas e de disposições individuais ou grupais contundentes por essa consolidação.

É preciso levar em conta que a “fundação” é um efeito de referência, não uma VERDADE, por tanto, quem a delimita é o próprio analista em seu gesto interpretativo. Dito isso, considero os distintos discursos hispanistas produzidos ao longo dos séculos como movimentos fundadores, e na sua maioria, reinauguradores de concepções a respeito da língua e do que ela “é” ou deveria “ser”. Assim, operacionalizo esses discursos como aqueles “legitimados” não sem uma razão de sê-lo.

Um exemplo de movimento legitimador foi quando o rei de Castilha e Leão, Alfonso X (1252-84) decidiu que o castelhano passasse a ser veículo de prestígio científico, historiográfico, administrativo, legal e literário da região, em substituição ao latim, adotado até então. Dessa maneira, aquilo que até o momento ainda era considerado um “dialeto”, tornou-se modelo de correção, passando a ser lido, copiado e imitado em outras regiões e não raras vezes imposto por diversas circunstâncias (cf. PENNY, 1991; GONZÁLEZ OLLÉ, 1995).

Da mesma forma, em 1492, o surgimento da gramática espanhola de Antônio de Nebrija aparece como propícia em épocas de expansão territorial em direção à América recém “descoberta” e de afirmação do reino de Castela como o mais poderoso naquele momento, com a expulsão dos árabes em seu último reduto na península ibérica (Granada). Não é por acaso que Nebrija dedica o prefácio de sua gramática à Rainha Isabel, apontando a língua como companheira do “império” (cf. BUGEL, 2002, PHILLIPSON, 1992).

Mais adiante, surgirá, em 1713, a Real Academia de la Lengua (doravante, RAE), que aparece como forma de garantir que o castelhano passe a ser “a norma lingüística de prestígio e autoridade que servirá de modelo, principalmente aos grupos letrados e elites dirigentes das diversas colônias” (BERENBLUM, 2003, p. 48). Essa instituição surge, no universo hispânico, com o claro objetivo de

difusão de um discurso de “unidade lingüística”, ocasionando a marginalização das línguas locais americanas sob o ponto de vista institucional, quando não o seu aniquilamento (cf. LUIS, 1998, p. 35).

Movimentos como esses, nas palavras de Foucault (2003), estão apoiados de “suporte institucional”, introduzindo (na maioria das vezes reintroduzindo) pontos de vista sobre uma ação, ou conjunto de ações ou sistemas inteiros. Nesse caso específico, o que está em jogo é um sistema inteiro, ou seja, a “língua”. Porém, não basta a circulação desses discursos, é necessário repeti-los, mostrá-los de um outro lugar social, por uma outra roupagem, ideologicamente operando-os como se fossem sempre urgentes e “novidosos”.

Através desses discursos “legitimadores” (produzidos como legítimos), emergem dois conceitos de referência ao entendimento de suas produções: “a língua imaginária” e a “língua fluida” (ORLANDI, 1988, 1993b, 2002). A língua imaginária se origina a partir de distintos movimentos fundadores e de outros que os assemelham. Ou seja, falar em língua imaginária é falar em “línguas-sistemas, normas, coações, linguas-instituição a-históricas” (ORLANDI, 1993b: 56).

Por outra parte, existe a língua fluida, que é “língua-movimento, mudança contínua, volume incalculável” (op. cit.), que independe do que diz o institucionalizado, ainda que seja constantemente combatida por ele. Podemos dizer que a língua fluida é a manifestação da dispersão, ou seja, se a língua imaginária é o símbolo da unidade, a língua fluida serve para mostrar que essa unidade é ilusória, é irreal, foge do controle, é constitutivamente heterogênea.

Com relação ao exposto, Orlandi (2002) pensa a heterogeneidade lingüística como algo que põe na língua um fundo falso, onde o outro, o diferente, é tratado como se fosse um mesmo, sem indistinção. Para a autora, existem, na realidade, várias interdiscursividades sendo tratadas como se fossem idênticas. Ela crê que a heterogeneidade da língua não pode estar relacionada só com os “acidentes” empíricos (sotaques, rodeios sintáticos). Está, em primeiro lugar, na diferenciação dos processos de significação nos quais a materialidade lingüística-histórica se insere.

A reprodução de um discurso imaginário¹ (repetido e repetível inúmeras vezes pelo poder de sua legitimação), defende a ilusão da produção de uma língua superior às “diversidades lingüísticas insignificantes”, de acordo com o que apresenta Moreno Fernández (2000: 15,16). O autor lança mão de seis argumentos favoráveis à “unidade” do espanhol: a) o espanhol é um idioma homogêneo; b) o espanhol é uma língua de cultura de primeira ordem; c) o espanhol é uma língua internacional; d) O espanhol é uma língua geograficamente compacta; e) o espanhol é uma língua em expansão; f) o domínio hispano-falante apresenta um índice de comunicabilidade muito alto e um índice de diversidade mínimo ou baixo.

Esses argumentos não surgiram de um “nada”, de um vazio discursivo. São, na realidade, um exemplo da matriz reprodutora que caracteriza os dizeres legitimados, pois, como observei em alguns trabalhos anteriores (2003, 2004), já estavam presentes nos discursos datados em outros momentos e a partir de outros lugares sociais). Assim, esses argumentos não podem ser reduzidos a sua materialidade instantânea, mas sim como afirmações legitimadoras (re)fundadas por uma ideologia da circularidade.

Dessa forma, a língua passa a exercer o que Bourdieu (2000) chama de “poder simbólico”, pois a língua, como sistema simbólico, também é capaz de afundar a assimetria nas relações de dominação (os que detêm ou dizem deter a variedade de prestígio e os que a ela devem submeter-se constantemente, embora sem sucesso). Para Bourdieu, a submissão à norma é uma das características que apresentam os dominados, pois estão sujeitos a viver na “convicção resignada de não poder fazer outra coisa”, inclusive, sentindo-se destinados a essa submissão.

Essa resignação não é, de forma alguma, tolerada pacificamente nos diversos momentos históricos e cotidianos em que “língua fluida” e “língua imaginária” se entrecruzam, principalmente durante o século XIX, logo após o período de independência das nações hispano-americanas, quando surgiu o fomento da noção de uma língua espanhola diferente da produzida em solo europeu. Nessa época, falava-se em “idioma nacional”,

¹ O termo imaginário é tratado diferentemente por distintas teorias, em diversas áreas do conhecimento. Defino-o aqui como resultado de um conjunto de forças sociais que atuam na construção das práticas (também sociais), gerando nos indivíduos a aderência a determinadas posições, julgamentos, teorias, pensamentos, enfim; ações fundamentais para a sua constituição identitária.

principalmente em nações como a Argentina e o México. De acordo com Saguier (1972), essa tomada de consciência operou em dois níveis: o político e o intelectual.

Entretanto, já no final do século XIX, retoma-se um imaginário que não permite escapar das “marcas” da “condição subalterna” (CAMPRA, 1987, p. 25), trazendo à tona um discurso que vê o espanhol como um “fato natural e benéfico para alcançar os ideais das nações modernas” (CIFUENTES & ROS, 1993, p. 136-7).

A RAE vem centralizando seus esforços em busca da “língua imaginária” (embora tenha, a partir dos anos 70, tentado promover um discurso “conciliador” em termos lingüísticos, conforme comentarei mais adiante). Órgãos como esse servem para pensar a “heterogeneidade lingüística” de que fala Orlandi (2002) como um elemento conflitivo. Assim, as diversas interdiscursividades em torno de uma língua acabam sendo tratadas de forma unívoca, abrindo espaço para o confronto.

Para Orlandi (2002, p. 24), nessa relação de confronto “nem sempre se pode estar certo de qual porção nos cabe nos diferentes processos de significação identitária”, o que significa dizer que a identidade depende do funcionamento da memória e sua relação com o simbólico e o histórico, sendo as “redes de filiação histórica que enformam (dão forma) as interpretações”.

Para compreender melhor essa questão, posso dizer que, por exemplo, um argentino (ou um colombiano, um peruano, um equatoriano) se considera um verdadeiro herdeiro da tradição européia e a dependência de sua filiação é que informará a sua posição-sujeito no discurso. É baseada nesta concepção que a autora fala em “caráter descontínuo da memória simbólica”. Isso ocorre porque muitas vezes a identidade de “colonizado” é negada e o desejo de ser um outro reconhecido como alguém que realmente É, torna-se, imaginariamente, a única saída.

No caso do espanhol, a instituição de um “espanhol imaginário” (também conhecido como neutro, internacional, consagrado, standard, etc.) segue tendências ideológicas resultantes do momento atual, tal como considera Demonte (2003), que o vê como vital para a “sobrevivência” da língua espanhola na comunidade internacional.

Por outro lado, a expansão desejada nessa comunidade internacional engendra a língua em um espaço contraditório, pois a difusão se torna objeto de regulação, já que “só assim”, a língua poderá se expandir, o que acaba gerando um paradoxo. Nas palavras de Corbeil (2002), com as quais compartilho, ele é entendido da seguinte forma:

“O paradoxo de uma língua de grande difusão é integrar a variação sempre respeitando uma norma unificadora. O paradoxo parece ser resolver mais comodamente no exercício da língua pelos falantes do que nas reflexões daqueles que falam dela oficialmente” (CORBEIL, 2002: 201).

Por esse dizer, fica claro que as “reflexões oficiais” (que representam a língua imaginária) se defrontam com o “exercício da língua” (língua fluida). Esse confronto no plano ideológico não é recente na língua espanhola e parece se reinaugurar constantemente no discurso dos “hispanistas de prestígio”, como é o caso de Rafael Lapesa (respeitado membro da RAE por mais de 40 anos, e autor de mais de 300 obras sobre a língua espanhola), em discurso proferido em 1988:

S1: “No tenemos organismos comparables a la Aliance Française o al British Councilⁱ. (...) Es preciso fomentar la creación de lectorados de español y sostenerlos; en la actualidad muchos están sostenidos totalmente por universidades y centros extranjeros (...).”

Na primeira parte do fragmento o autor expressa a necessidade de criar órgãos como a Aliança Francesa e o British Council (órgãos esses que por muitos anos disseminaram “cultura” em troca de usufruto econômico e/ou político dos países em que se fizeram presentes). A criação de institutos tão “despretenciosos” sobre línguas que se pretendem hegemônicas, coincide com momentos econômicos em que interessem de mercado ou disputas de poder estão em jogo (por exemplo, o British Council foi criado no período entre-guerras, não só para disseminar língua, mas

também ideologia aos países “aliados/dominados” (cf. PHILLIPSON, 1992).

Ao referir-se ao fato de que os estudos em torno da língua estão sustentados pelas universidades e centros estrangeiros, produz-se um sentido de desconforto com relação a essa situação, pois para Lapesa, deveriam ser os órgãos governamentais os responsáveis por esse tipo de investigação (naturalmente, órgãos espanhóis). O recado de Lapesa foi captado com eficiência, pois em 1991, três anos depois de proferir esse discurso, o governo espanhol inaugura o Instituto Cervantes (órgão similar à Aliança Francesa e ao Conselho Britânico, que vem atuando, nesses quinze anos, como um “novo” movimento fundacional no universo hispânico, agora, agindo em continentes e países até pouco tempo com a mínima tradição de ensino e difusão do espanhol (como é o caso da China, Países Baixos, Austrália, Brasil, etc.) e também lançando mão de recursos comunicacionais, como a Internet e suas ferramentas.

O peso da expansão internacional abre espaço para a argumentação da “unidade lingüística” (propalada desde os tempos de colônia, sufocada durante a independência e triunfante durante a consolidação das nações americanas como elemento de exclusão social), tal como sustenta Moreno Fernández (2000, p. 88): “o modelo lingüístico que se impõe no ensino de espanhol deve ser um modelo culto, baseado em uma norma prestigiada, a qual tenha um peso singular nos usos gerais do mundo hispânico”. Para garantir o que esse modelo abarcaria, o autor ressalta “a autoridade reconhecida” da RAE, ao frisar que “se a Academia sanciona algo, admite-se a sanção com poucas ou nulas discussões” (op. cit., p. 74).

Para completar, admite que ao não satisfazer uma necessidade pelas “normas” da RAE, é válido utilizar-se de uma “norma pseudo-oficial” de gramáticos reconhecidos, os quais, segundo o autor, tecerão comentários “sobre o correto e o incorreto de enorme utilidade para os professores de espanhol espalhados pelo mundo” (op.cit.) [grifos meus]. Como se vê, o peso do normativo (entendido com pertencente a um paradigma pré-científico de conceber a linguagem) está ainda presente. Podemos entender a partir da leitura do texto desse autor, que ele vê a RAE como legítima responsável pela eleição do “melhor modelo lingüístico”, encontrado entre os “melhores usos dos melhores falantes” (op.cit.).

Ao refletirmos sobre esse dizer, quem seriam esses melhores falantes? Que critérios servem para dizer que modelo e que usos são os melhores? Ou seja, no movimento da normalização está presente a crença pseudo-científica de que existem usos e falantes melhores do que outros. Assim, os “melhores” falantes devem ser imitados e os “melhores usos”, incorporados para que o espanhol “siga existindo” e, além disso, ganhe espaço no cenário internacional, inclusive, em plena concorrência com a língua inglesa, conforme notícia reproduzida em 01/03/04 na lista de discussão internacional ELEBrasil (coordenada pela Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil), sob o título “En 50 años, el castellano superará el inglés”.

Como nos ensina Orlandi (1993a), não há como controlar os processos e a história em que os sujeitos estão inscritos, porém, há impressão de controle por parte de quem normaliza e institui, justamente porque as “práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é político” (op.cit., p. 7). O imaginário normativista está tão arraigado em alguns segmentos, que nem a proliferação de teorias e aplicações da lingüística são capazes de superar o “confronto entre americanistas e casticistas, entre reformadores e conservadores, das diferenças da ordem do imaginário (político, lingüístico) na relação entre América e Espanha” (LUIS, 1998, p. 35), as quais se projetam sobre as diferenças lingüísticas, ou seja, sobre a língua fluida.

A tentativa de minimizar a diferença segue um percurso que se expande de várias formas, principalmente ao colocar a necessidade de padronização como uma vantagem, apagando todos os processos históricos que têm levado a sua manutenção, tendo como conseqüência o “confronto de discursos distintos, que veiculam percepções, crenças e valores também distintos” (ESPIGA, 2002, p. 100), pois o sujeito não existe em um vazio social e sim constrói sua identidade pelo discurso, que por um lado tende a ser unificador e por outro, dispersor.

O discurso que tenta remeter a uma “modelação”, acaba levando ao retorno da “língua imaginária” sobre o real, tendo como mote uma hierarquização dissimétrica, colocando a “língua fluida” como oposta à língua do dominador, em si, superior (cf.

ORLANDI, 1988). Esse processo é denominado, ingênua ou estrategicamente, de “planificação lingüística”.

Tal planificação se estende para o ensino atual de língua espanhola, como mostram algumas pesquisas (cf. BUGEL, 1998; IRALA, 2003, 2004), que verificam o prestígio tradicional de uma das variedades peninsulares sobre as variedades americanas e demais variedades peninsulares, tanto em termos de materiais didáticos para o ensino de espanhol como língua estrangeira, como por parte dos imaginários construídos por alunos e professores de E/LE (Espanhol como Língua Estrangeira) – nativos ou não – em prol de uma “língua neutra”, identificada com a variedade peninsular, mais especificadamente a da região de Castela, que é o centro do “discurso fundador” de constituição da língua espanhola tal como é conhecida hoje.

Para ilustrar um exemplo, mesmo em materiais didáticos propostos a tratar a questão da variação, o entendimento dos fenômenos variáveis pode ser conduzido distorcidamente, conforme constatei em pesquisa anterior (2003), em que analisei 5 materiais didáticos diferentes. Em um deles, uma coleção de quatro volumes destinada ao ensino fundamental, propõe-se mostrar tal questão; porém, na seção denominada “Mejorando la pronunciación”, em que nos diferentes volumes alguns sons são destacados, aparece, no primeiro, em um dos exercícios, referência à realização do [d] em final de palavra, onde um falante, no material auditivo que acompanha a coleção, produz seis palavras de acordo com o que as autoras denominam “pronúncia culta” (efetivando o [d] final) e outro falante as repete com uma pronúncia andaluza (enfraquecimento e apagamento da consoante). Ora, se a realização do [d] é considerada como “pronúncia culta”, significa que não existem andaluzes cultos? Como demonstram vários estudos sociolingüísticos, há inúmeras regiões no universo hispânico em que ocorre a aspiração, o enfraquecimento ou o apagamento da consoante final, não apenas na Andaluzia. Se considerarmos o que expõem as autoras, nessas regiões também não existem falantes “cultos”?

Esse e outros exemplos são cruciais para entender que relações se estabelecem, na prática, entre “língua fluida” e “língua imaginária”. A seguir, demonstrarei, através da fala de professores

de espanhol em escola de ensino fundamental (s. 2 e s. 3) e de um aluno de licenciatura em Letras - Português/Espanhol – (s. 4) que imaginários se manifestam em relação à opção dialetal (variedade) optada para ensinar/aprender a língua espanhola (os grifos são meus):

S2: Prefiro o Espanhol da Espanha, porque é o mais puro, pois é a língua-mãe. O Espanhol da América já teve muitas influências de outros povos e costumes.

S3: Da Espanha, porque é mais clássico.

S4: Gosto da variedade do Rio da Prata, mas não sei quando se faz uma prova de proficiência, qual a cobrança que existe, porque há um prestígio muito grande da língua peninsular.

Há, nos três segmentos, dois movimentos diferentes, que se associam a outros dizeres, inclusive no caso dos dois primeiros, ao lema presente no escudo da RAE em que aparecem as adjetivações emblemáticas “Limpia, fija y de esplendor”. “Limpia” se associa, no segmento 2, com “pureza”, onde a idéia de limpeza se choca com a de “contaminação” (propalada nos noticiários e manuais de estilo de língua espanhola nos últimos tempos). De onde viria tal contaminação? Da “influência de outros povos e costumes”, postos como “inferiores”, subalternos, portanto, “sujos”, “contaminados”. Já no terceiro segmento, a idéia de “clássico” se associa à palavra “esplendor” presente no escudo, pois, o período clássico, o “Siglo de Oro” representa época de expansão e pujança para a nação espanhola. Já o s. 4, embora inicie contrapondo-se aos dois primeiros, reserva a dúvida na expressão “mas não sei” e podemos compará-lo, proporcionalmente, aos discursos produzidos durante o período pós-independência latino-americano, em que ao mesmo tempo que as nações embrionárias buscavam diferenciar-se da antiga metrópole, caíam no rolo compressor das pressões externas, retornando ao discurso da unidade.

A contradição presente no s. 4, parece ter sido assimilada inclusive pelos órgãos legitimadores, conforme havia anunciado

anteriormente, através do surgimento do imaginário “pan-hispânico”. Esse, ao apoiar-se na apreensão do “todo” (através da ação concreta, no último dicionário da RAE, de tentativa de apreender todas as variedades possíveis, no plano lexical, em Língua Espanhola, contemplando de maneira superior às edições anteriores, os vocábulos hispano-americanos), além de revelar-se sempre parcial, manifesta-se mais como uma intenção estratégica (das editoras, do Instituto Cervantes, da RAE), do que uma prática.

A “abolição” da diferença, contemplada a partir do surgimento do discurso da norma “pan-hispânica” (a qual também classifico como imaginária), aparece como uma alternativa de “desproblematizar” o “outro”, assumindo-o como “igual”, num movimento “fraterno” de aceitação e “igualdade”. Estrategicamente, a norma “pan-hispânica” busca cumprir dois objetivos: operar no “outro” (falantes nativos americanos) o sentido de pertencimento e, para os que a ela se associarem (principalmente para os que estudam espanhol como língua estrangeira), perceberem-se como falantes de uma “língua” verdadeiramente “internacional”, que atinge “milhões e milhões” de pessoas.

Se nos llevaron el fin...

Tentei neste trabalho trazer à baila alguns conceitos teóricos e analíticos de referência para compreender, partindo de um viés discursivo, as relações simbólicas de expansão de uma língua (relações essas que dependem de inúmeros fatores que se entrecruzam, se repetem e se transformam), como língua fluida, língua imaginária, discurso fundador (embora se revele como repetidor) e repertórios interpretativos.

Apesar de ser um pequeno recorte, revela, a partir de outras pesquisas já realizadas por mim (2003, 2004), uma característica de circularidade de dizeres ao enunciar a respeito da língua, a respeito do que ela é “língua fluida” e do que ela deveria ser “língua imaginária”. Essa circularidade manifesta-se tanto nos discursos de falantes nativos, de profissionais da área do ensino, de alunos que a estudam como língua estrangeira, de representantes “legitimados” a falar sobre o idioma, enfim, em uma série de discursos e situações

enunciativas bastante distintas quanto a sua situacionalidade espaço-temporal.

Enfim, vale dizer que muitos desses discursos, apesar de “desvendáveis”, são mantidos à sombra, como se a penumbra fosse o único lugar conveniente para serem lançados. Somos, assim, ideologicamente cúmplices (e às vezes também repetidores) de mecanismos de dominação, quer queiramos ou não.

Bibliografia:

1. BERENBLUM, A. A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
2. BOURDIEU, P. O poder simbólico. 3 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
3. BUGEL, T. O espanhol na cidade de São Paulo: quem ensina qual variante a quem? Campinas: UNICAMP, 1998 (Dissertação de Mestrado em Lingüística Aplicada).
4. _____. Sobre planificación lingüística en América Latina: el español en Brasil o “Los reyes viajan a Brasil para apoyar la enseñanza de español en la escuela” – El País, Madrid, 10 de julio de 2000. Proceedings of the Congress ALFAL, San José de Costa Rica, 2002.
5. CAMPRA, R. América Latina: la identidad y la máscara. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1987.
6. CIFUENTES B.G & ROS M.C.R. Oficialidad y planificación del español: dos aspectos de la política del lenguaje en México durante el siglo XIX. Iztapalapa. México, D.F, año 13, n° 29, jan-jun., 1993, p. 135-146.
7. CORBEIL, J. Elementos de uma teoria da regulação lingüística. In: BAGNO, M. (org.). Norma Lingüística. São Paulo: Loyola, 2001. p. 175-202.
8. DEMONTE, V. Lengua estándar, norma y normas en la difusión actual de la lengua española. Circunstancia. Madrid, n.1, abril 2003. Univ. Ortega y Gasset.
9. ESPIGA, J. El contacto portugués-español en Latinoamérica: aspectos políticos y estrategias. In: LAMPERT, E. (org.) Educação

- na América Latina: encontros e desencontros. Pelotas: EDUCAT, 2002. P. 97-114.
10. FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2003.
11. GONZÁLEZ OLLÉ, F. El largo camino hacia la oficialidad del español en España. In: SALVADOR, G. & SECO, M. (coord.). La lengua española, hoy. Fundación Juan March: Madrid, 1995, p. 37-61.
12. IRALA, V. B. O tratamento das variedades do espanhol nos materiais didáticos de língua estrangeira. Pelotas: UCPEL, 2003. Monografia de disciplina de mestrado.
13. _____. A opção da variedade de espanhol por professores em serviço e pré-serviço. Linguagem & Ensino. n. 2, p. 99-120, v. 7, jul./dez. 2004.
14. LAPESA, R. El español moderno y contemporáneo: estudios lingüísticos. Barcelona: Crítica, 1996.
15. LUIS, C. R. La Academia Española y la Historia de la Gramática. Línguas e instrumentos lingüísticos. Campinas: Pontes, n.2.jul/dez. 1998. p.33-48.
16. MORENO FERNÁNDEZ, F. Qué español enseñar. Madri: Arco/Libros, 2000.
17. ORLANDI, E. P. Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
18. _____. (org.). Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993a.
19. _____. (org.). Política Lingüística na América Latina. Campinas: Pontes, 1988.
20. _____. La danza de las gramáticas. La relación entre el tupi y el portugués de Brasil. Iztapalapa. n° 29, ano 13, jan.-jun., 1993b, p. 54-74.
21. PENNY, R. A history of the spanish language. Nova York: Cambridge University Press.
22. PHILLIPSON, R. Linguistic Imperialism. Nova York: Oxford, 1992.
23. SAGUIER, R.B. Encontro de culturas. In: MORENO, C.F. (coord.). América Latina em sua literatura. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1972, p. 03-38.

24. SPINK, M. J. (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

25. _____. Tópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora da modernidade tardia. Cadernos de Saúde Pública, 17, p. 1277-1311. Disponível em:
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\)arttext&pid=S01-2-311X200100060002&Ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci)arttext&pid=S01-2-311X200100060002&Ing=pt&nrm=iso). Acesso em: -7/08/04.

